

1. CONTEXTO SOCIAL, POLÍTICO E ECONÓMICO

1.1 DESCRIÇÃO GEOGRÁFICA, FÍSICA E POLÍTICA DO BRASIL

A República Federativa do Brasil localiza-se a leste da América Latina, abarcando uma área de 8.547.403,50 km². O país possui uma variedade climática que comporta clima equatorial, tropical, tropical de altitude, tropical atlântico, subtropical e semi-árido.

Trata-se de uma República presidencialista, administrativamente dividida em 26 estados, 1 Distrito Federal e 5.561 municípios. Do ponto de vista geográfico, os estados estão distribuídos em cinco regiões. A Norte comporta os estados de Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Pará, Amapá e Tocantins. A Região Nordeste compreende Maranhão, Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Sergipe e Bahia. O Sudeste é composto por Minas Gerais, Espírito Santo, Rio de Janeiro e São Paulo. No Sul estão Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. E, finalmente, na região Centro-Oeste, localizam-se Mato Grosso do Sul, Mato Grosso, Goiás e o Distrito Federal.

A República é governada pela Constituição promulgada em 1988, que determina os direitos e os deveres dos cidadãos e a forma de organização do Estado brasileiro. São três os poderes estabelecidos: o executivo, o legislativo e o judiciário. A divisão de poderes confere ao executivo a chefia do governo, sendo o sistema de governo presidencialista — uma estrutura que foi confirmada em plebiscito, realizado em abril de 1993, para definir a forma e o sistema de governo. Assim, o presidente acumula as funções de chefe de Estado e de governo, tem mandato de quatro anos e pode ser reeleito por mais quatro.

Poder executivo

O poder executivo é formado pelas esferas federal, estaduais e municipais. O poder executivo da União é exercido pelo presidente da República, com o auxílio de ministros e secretários por ele nomeados. As eleições para presidência da República, com mandato de quatro anos, são realizadas em um ou dois turnos (se, na primeira votação, nenhum candidato alcançar maioria absoluta de votos), por meio de voto obrigatório para os cidadãos brasileiros com mais de 18 anos e facultativo para os analfabetos, os maiores de 70 anos e os que tenham idade entre 16 e 18 anos. No

impedimento simultâneo do presidente e do vice-presidente, assumirá o cargo, temporariamente, o presidente da Câmara dos Deputados ou, havendo impossibilidade, o presidente do Senado Federal ou o do Supremo Tribunal Federal, nesta ordem. São responsabilidades do presidente, de acordo com o texto constitucional, entre outras, a escolha dos ministros, a celebração de tratados, convenções e atos internacionais, dispor sobre a organização e o funcionamento da administração federal, iniciar o processo legislativo, exercer o comando supremo das Forças Armadas e editar medidas provisórias com força de lei.

Atualmente, o Presidente da República conta com o auxílio de vinte Ministérios: Agricultura e Abastecimento; Ciência e Tecnologia; Comunicações; Cultura; Defesa (Comandos Militares); Desenvolvimento Agrário; Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior; Educação; Esporte e Turismo; Fazenda; Integração Nacional; Justiça; Meio Ambiente; Minas e Energia; Planejamento, Orçamento e Gestão; Previdência e Assistência Social; Relações Exteriores; Saúde; Trabalho e Emprego; Transportes.

O Presidente da República conta ainda com o auxílio de quatro Secretarias de Estado: Assistência Social; Direitos Humanos; Especial de Desenvolvimento Urbano; Comunicação de Governo.

O poder executivo estadual é exercido por governadores, auxiliados por vice-governadores e secretários. O poder executivo municipal é exercido por prefeitos, auxiliados por vice-prefeitos e secretários. Os mandatos de governadores e prefeitos são de quatro anos, com possibilidade de reeleição.

Poder legislativo

O poder legislativo é responsável pela elaboração das leis que regulamentam a vida do país e as ações do executivo, servindo ainda de parâmetro para o judiciário. Existem três níveis desse poder, que são representados pelo Congresso Nacional, pelas assembleias estaduais e pelas câmaras municipais. Os seus representantes são eleitos por voto direto.

O Congresso Nacional é bicameral: o Senado conta atualmente com 81 membros e a Câmara dos Deputados, com 513 membros. Eleitos por voto direto, os senadores têm um mandato de oito anos de duração e os deputados, de quatro anos. A Constituição determina que cada estado tenha um mínimo de 8 deputados e um máximo de 70. O legislativo federal delibera sobre questões relativas à União, julga as contas do executivo federal e autoriza a declaração de guerra ou o estado de sítio.

O poder legislativo estadual é formado por deputados estaduais, eleitos para um mandato de quatro anos, e delibera sobre questões específicas de cada estado da Federação.

As Câmaras Municipais são compostas por vereadores, eleitos também para um mandato de quatro anos, que, entre outras funções, fiscalizam as ações do executivo municipal.

Poder judiciário

O poder judiciário é o árbitro institucional dos conflitos que se manifestam na sociedade de acordo com os princípios constitucionais,

garantindo o estado de direito. As decisões por ele tomadas por meio de processos judiciais devem estar respaldadas na Constituição, nas leis, nas normas e nos costumes. Está organizado nos níveis federal e estadual. O acesso à carreira ocorre por concurso público, sendo que os juízes têm cargo vitalício, não podendo ser destituídos por decisão administrativa, mas são proibidos de exercer cargo ou função que não seja o magistério e não podem se dedicar a atividades político-partidárias.

O Supremo Tribunal Federal é responsável pela aplicação e interpretação da Constituição, sendo o único foro de julgamento de ações diretas de inconstitucionalidade de lei e dos atos normativos do poder executivo federal. É o Supremo que julga, em matéria penal, o presidente, os ministros de Estado e os membros do Congresso. Decide litígios entre países e a União, questões desta com os estados e destes entre si. É formado por 11 ministros vitalícios.

A justiça federal trata de causas que envolvem a União, entidades autárquicas ou empresas públicas federais, crimes políticos e infrações contra bens, serviços ou interesses da União. Julga ainda crimes comuns e de responsabilidade de juízes federais e dos membros do Ministério Público da União. É composta por Tribunais Regionais Federais nos estados e por juízes federais. Os Tribunais Regionais Federais são formados por, no mínimo, sete juízes federais, nomeados pelo presidente da República. Os demais ingressam mediante promoção.

A justiça estadual é formada por tribunais de justiça e juízes de direito. São foros de ações de inconstitucionalidade das leis ou atos normativos estaduais e municipais e para ações civis, criminais e comerciais que não envolvam a União nem pessoas em cargos públicos federais. Suas demais competências são definidas pelas constituições estaduais.

1.2 CONTEXTO SOCIOCULTURAL

1.2.1 Situação demográfica

O Brasil chegou ao século 21 com uma população estimada de cerca de 170 milhões de habitantes. Conforme os dados preliminares divulgados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o Censo Demográfico efetuado em 2000 arrolou 169.590.693 habitantes (tabela 1), sendo 81% em situação urbana, com a densidade demográfica de 19,92 habitantes por quilômetro quadrado.

Tabela 1

População residente, segundo valores absolutos e relativos, área total e densidade demográfica (estimativa preliminar), 2000

Brasil ^{(1) (2) (3)}	População residente					Área total (km ²) ⁽⁵⁾	Densidade demográfica (hab./km ²)	
	Valores absolutos			Valores relativos				
	Total	Urbana		Total	Urbana			
		Total	Sede municipal ⁽⁴⁾		Total			Sede municipal ⁽⁴⁾
	169.590.693	137.755.550	123.460.941	100	81,23	72,80	8.514.215,30	19,92

Fonte: IBGE, Censo Demográfico de 2000.

Notas: (1) Valores sujeitos a alteração em fase de atualizações de natureza cartográfica ou político-administrativa.

(2) Inclusive as áreas das Ilhas de Trindade e Martin Vaz.

(3) Inclusive 2.977,4 km² referentes à área a ser demarcada, em litígio, entre os Estados do Piauí e Ceará.

(4) Exclusive a população residente nas áreas urbanas isoladas.

(5) Valores incluindo as águas interiores.

Mas o ritmo de crescimento está diminuindo. A taxa anual de aumento da população chegou a 1,6% ao ano na década de 90, enquanto que, nos anos 80, era de 2,1% ao ano. A população brasileira é a quinta maior população do mundo. Nos anos 50, o Brasil ocupava o oitavo lugar no *ranking* mundial. Em 2000, passou para a quinta posição, com uma participação de 2,8% da população mundial, que era de 6,1 bilhões de habitantes.

A sinopse preliminar do Censo Demográfico 2000 (tabela 2) indica que a Região Sudeste é a mais urbanizada, com 90,5%, seguida pela Região Centro-Oeste, com 86,7%. As Regiões Norte e Nordeste mantêm as maiores proporções de população rural, com 30,3% e 31%, respectivamente. Os resultados mostram ainda que existem 96,9 homens para cada 100 mulheres, ou seja, existem 2.697.337 mulheres a mais que homens no Brasil. Em 1991, para cada 100 mulheres, havia 97,5 homens. A região de maior taxa de crescimento populacional no período 1991-2000 continuou a ser a Norte, com 2,9% ao ano. Essa taxa está bem abaixo das observadas nas décadas anteriores, quando ainda eram expressivos os movimentos migratórios em direção à chamada fronteira amazônica. No Centro-Oeste a taxa foi de 2,4%, valor também inferior ao registrado em décadas passadas. O atual crescimento dessa região está fundamentalmente localizado nas cidades periféricas de Brasília e no entorno goiano do Distrito Federal, diferentemente do crescimento provocado no passado pelas migrações de fronteira agrícola.

As menores taxas de crescimento anual ocorreram no Nordeste (1,3%) e no Sul (1,4%). A Região Nordeste apresentou a mais baixa taxa de crescimento, em função de uma combinação entre a queda acelerada recente da fecundidade e a perda migratória para outras regiões. Já o Sul, que tem uma taxa de crescimento natural relativamente baixa, vinha perdendo população para outras regiões nas últimas décadas. Esta perda,

aparentemente, foi sendo contida durante a década de 90, especialmente no Paraná, que recuperou o seu ritmo de crescimento demográfico. A Região Sudeste vem mantendo um crescimento estável de 1,6% ao ano.

A Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (PNAD) realizada pelo IBGE em 1999 é a fonte de dados mais atual e completa que o país dispõe, uma vez que os resultados integrais do Censo 2000 ainda não foram divulgados. É nela que se baseiam os dados aqui apresentados.

Segundo a tabela 3, as regiões brasileiras apresentam distinções marcantes. Quanto ao perfil populacional, o Norte urbano é a região que tem a maior área, detém a estrutura etária mais jovem e a taxa de crescimento mais elevada, já sendo a segunda menos populosa. A Região Centro-Oeste é a menos populosa e a segunda em extensão (que menos da metade da área ocupada pela Região Norte) e taxa de crescimento. A Região Nordeste — que se situa pouco abaixo da Centro-Oeste em termos de área, mas tem densidade demográfica muito mais elevada — apresenta a menor taxa de crescimento populacional e uma participação de idosos na estrutura etária que refletem o seu histórico processo de emigração. Já a Sudeste, que é a quarta em extensão territorial, apresenta a maior densidade demográfica e a estrutura populacional mais envelhecida. A Região Sul caracteriza-se por ser a menor em área, a segunda mais densa em termos de população e, também, por ter a segunda estrutura etária mais envelhecida.

Tabela 2

POPULAÇÃO RESIDENTE, POR SEXO E SITUAÇÃO DO DOMICÍLIO, SEGUNDO AS GRANDES REGIÕES E AS UNIDADES DA FEDERAÇÃO, 2000

Grandes regiões e unidades da Federação	População Residente em 01/08/2000 ^(*)				
	Total	Homens	Mulheres	Urbana	Rural
BRASIL	169.544.443	83.423.553	86.120.890	137.697.439	31.847.004
NORTE	12.919.949	6.537.416	6.382.533	9.005.797	3.914.152
Rondônia	1.377.792	706.816	670.976	883.048	494.744
Acre	557.337	280.647	276.690	369.796	187.541
Amazonas	2.840.889	1.427.031	1.413.858	2.108.478	732.411
Roraima	324.152	165.830	158.322	246.732	77.420
Pará	6.188.685	3.127.760	3.060.925	4.115.774	2.072.911
Amapá	475.843	238.821	237.022	423.581	52.262
Tocantins	1.155.251	590.511	564.740	858.388	296.863
NORDESTE	47.679.381	23.368.946	24.310.435	32.919.667	14.759.714
Maranhão	5.638.381	2.803.528	2.834.853	3.355.577	2.282.804
Piauí	2.840.969	1.396.179	1.444.790	1.787.047	1.053.922
Ceará	7.417.402	3.620.263	3.797.139	5.303.741	2.113.661
Paraíba	3.436.718	1.667.731	1.768.987	2.441.633	995.085
Pernambuco	7.910.992	3.821.442	4.089.550	6.052.142	1.858.850
Alagoas	2.817.903	1.375.869	1.442.034	1.917.388	900.515
Sergipe	1.779.522	871.594	907.928	1.270.429	509.093
Bahia	13.066.764	6.456.346	6.610.418	8.761.125	4.305.639

SUDESTE	72.262.411	35.346.223	36.916.188	65.410.765	6.851.646
Minas Gerais	17.835.488	8.821.977	9.013.511	14.623.990	3.211.498
Espírito Santo	3.093.171	1.532.347	1.560.824	2.459.464	633.707
Rio de Janeiro	14.367.225	6.887.203	7.480.022	13.798.169	569.056
São Paulo	36.966.527	18.104.696	18.861.831	34.529.142	2.437.385
SUL	25.071.211	12.383.407	12.687.804	20.290.287	4.780.924
Paraná	9.558.126	4.735.030	4.823.096	7.782.005	1.776.121
Santa Catarina	5.333.284	2.657.663	2.675.621	4.197.287	1.135.997
R. G. do Sul	10.179.801	4.990.714	5.189.087	8.310.995	1.868.806
CENTRO-OESTE	11.611.491	5.787.561	5.823.930	10.070.923	1.540.568
M. Grosso do Sul	2.075.275	1.038.398	1.036.877	1.744.404	330.871
Mato Grosso	2.498.150	1.283.568	1.214.582	1.982.969	515.181
Goiás	4.994.897	2.487.814	2.507.083	4.389.108	605.789
Distrito Federal	2.043.169	977.781	1.065.388	1.954.442	88.727

Fonte: IBGE, Censo Demográfico de 2000.

Nota: (*)Resultados preliminares.

Tabela 3

POPULAÇÃO RESIDENTE, POR GRANDES REGIÕES, SEGUNDO A SITUAÇÃO DO DOMICÍLIO, O SEXO E GRUPOS DE IDADE – BRASIL – 1999

Brasil ⁽¹⁾		Norte (urbana)	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro- Oeste
Total⁽²⁾	160.336.471	7.828.407	46.400.796	70.067.880	24.514.219	11.273.592
Situação do domicílio						
Urbana	127.751.405	7.828.407	29.495.667	62.151.373	19.210.693	9.223.752
Rural	32.585.066	–	16.905.129	7.916.507	5.303.526	2.049.840
Sexo e grupos de idade						
0 a 9 anos	30.240.681	1.795.654	9.804.250	11.745.661	4.599.960	2.220.637
10 a 14 anos	16.995.386	942.777	5.702.519	6.774.027	2.374.370	1.163.490
15 a 17 anos	10.388.224	592.865	3.330.758	4.255.757	1.483.883	709.081
18 a 39 anos	57.228.565	2.812.545	15.803.451	25.395.821	8.776.514	4.371.268
40 a 59 anos	30.951.518	1.210.176	7.672.169	14.903.618	5.098.880	2.024.074
60 anos ou mais	14.512.803	474.390	4.085.724	6.977.075	2.179.495	784.711
Homens⁽²⁾						
0 a 9 anos	15.451.203	921.055	4.968.848	6.005.213	2.368.385	1.147.356
10 a 14 anos	8.555.100	466.094	2.905.530	3.384.890	1.183.173	593.954
15 a 17 anos	5.267.226	301.078	1.661.598	2.194.608	745.469	355.360
18 a 39 anos	27.901.864	1.335.214	7.699.599	12.385.827	4.331.122	2.112.351
40 a 59 anos	14.799.955	587.338	3.611.263	7.091.255	2.494.042	993.705
60 anos ou mais	6.484.595	224.592	1.854.188	3.040.171	972.665	384.555
Mulheres⁽²⁾						
0 a 9 anos	14.789.478	874.599	4.835.402	5.740.448	2.231.575	1.073.281
10 a 14 anos	8.440.286	476.683	2.796.989	3.389.137	1.191.197	569.536
15 a 17 anos	5.120.998	291.787	1.669.160	2.061.149	738.414	353.721

18 a 39 anos	29.326.701	1.477.331	8.103.852	13.009.994	4.445.392	2.258.917
40 a 59 anos	16.151.563	622.838	4.060.906	7.812.363	2.604.838	1.030.369
60 anos ou mais	8.028.208	249.798	2.231.536	3.936.904	1.206.830	400.156

Fonte: IBGE, Pnad 1999

Nota: (1) Excluída a população da área rural de Rodônia, Acre, Amazonas, Roraima; Pará e Amapá.

(2) Inclusive as pessoas com idade ignorada.

O processo de transição demográfica, que em poucas décadas mudou o padrão da fecundidade feminina brasileira, provocou forte desaceleração na taxa de crescimento demográfico do país. A queda da fecundidade, iniciada em meados da década de 60 e intensificada nos dois decênios seguintes, continuou na década de 90 de forma bastante moderada. Com base nos resultados da pesquisa de 1984, a taxa de fecundidade estava em 3,5. A pesquisa de 1992 revelou que esta taxa tinha-se reduzido para 2,6 e a de 1999 indicou que estava em 2,3. A tendência descendente no tamanho médio da família resultou, principalmente, da diminuição progressiva no número médio de filhos por mulher. O número médio de pessoas por família estava em 4,2 em 1984, passou para 3,8 em 1992 e atingiu 3,4 em 1999.

A redução da fecundidade associada à queda da mortalidade reflete-se na evolução da composição etária da população do país, que segue em processo de envelhecimento. O estreitamento da base da estrutura etária pode ser visualizado no acompanhamento da participação dos grupos quinquenais mais jovens. Em meados da década de 80, o grupo de 0 a 4 anos de idade deixou de ser o maior e, em 1995, o grupo de 10 a 14 anos de idade já superava os dois anteriores. Com o prosseguimento deste processo, o grupo de 15 a 19 anos de idade já estava em 1998 e 1999 no mesmo patamar do anterior e suplantava os dois primeiros.

O outro extremo da estrutura etária vem refletindo o lento, mas contínuo, aumento do número de idosos e os efeitos da mortalidade diferenciada por gênero. Na década de 90, a parcela feminina no contingente de 60 anos ou mais oscilou em torno de 55%. A participação das pessoas de 60 anos ou mais de idade na população passou de 7,4% em 1989 para 8,3% em 1995, alcançando 9,1% em 1999. As crianças de menos de 10 anos de idade, que em 1989 representavam 23,6% da população, em 1995 eram 20,6% e quatro anos depois, 18,9%.

Na década de 90, a estrutura do país por cor ou raça não apresentou variações expressivas, sendo formada em sua maioria por pessoas brancas e apresentando uma parcela elevada de pessoas descendentes de indivíduos de raças distintas. Em 1999, segundo a tabela 4, as pessoas brancas representavam 54,0% e as pardas, 39,9%.

Em termos regionais, a composição por cor ou raça é bastante diferenciada, refletindo a origem das várias correntes migratórias que se distribuíram de formas diversas no território nacional. Em 1999, as pessoas brancas constituíam 64,0% da população do Sudeste, sendo esta proporção inferior apenas à da Região Sul (83,6%). As pessoas de cor parda predominavam nas Regiões Norte (68,3%) e Nordeste (64,5%), enquanto que, na Região Centro-Oeste, as proporções de pessoas brancas (46,2%) e pardas (49,4%) ainda permaneciam próximas.

Os movimentos migratórios internos nesta década foram menos intensos que nas anteriores. Em 1999 (tabela 5), o percentual de pessoas não-naturais do município de residência ficou em 39,3%, enquanto que o de pessoas não-naturais da Unidade da Federação de moradia situou-se em 15,8%. Em termos regionais, a Região Nordeste mostra os efeitos das saídas históricas de sua população em busca de melhores condições de vida em outras áreas do país, e a Região Centro-Oeste, os reflexos das fortes correntes migratórias recebidas nas últimas décadas. Ainda que a Região Norte também tenha absorvido grandes contingentes de migrantes nos últimos decênios, a pesquisa não capta todos os efeitos desse afluxo de pessoas por não cobrir a sua área rural. Em 1999, a proporção de pessoas não-naturais da Unidade da Federação ficou em apenas 7,2% no Nordeste e situou-se em 35,2% no Centro-Oeste. O percentual de pessoas não-naturais do município de residência situou-se em 30,6% no Nordeste e em 54,3% no Centro-Oeste.

Tabela 4

POPULAÇÃO RESIDENTE, POR GRANDES REGIÕES, SEGUNDO A SITUAÇÃO DO DOMICÍLIO, O SEXO E A COR OU RAÇA – BRASIL – 1999

Brasil (1)		Norte (urbana)	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro-Oeste
Total(2)	160.319.387	7.828.407	46.400.796	70.067.880	24.514.219	11.273.592
Branca	86.626.719	2.220.588	13.792.306	44.855.408	20.497.918	5.209.175
Preta	8.645.506	182.174	2.605.971	4.710.659	743.271	398.395
Parda	64.043.050	5.343.991	29.922.833	19.909.949	3.099.726	5.571.775
Amarela	742.372	13.748	38.633	528.613	119.742	41.575
Indígena	261.740	67.247	38.034	51.337	52.401	52.341
Situação do domicílio						
Urbana	127.735.549	7.828.407	29.495.667	62.151.373	19.210.693	9.223.752
Branca	72.416.442	2.220.588	9.218.889	40.593.567	16.072.304	4.356.396
Preta	6.924.851	182.174	1.695.011	4.123.860	610.879	317.025
Parda	47.536.828	5.343.991	18.514.250	16.885.705	2.406.032	4.495.487
Amarela	664.653	13.748	29.436	490.570	93.907	37.212
Indígena	192.775	67.247	35.886	46.161	26.410	17.301
Rural	32.585.066	–	16.905.129	7.916.507	5.303.526	2.049.840
Branca	14.210.277	–	4.573.417	4.261.841	4.425.614	852.779
Preta	1.720.655	–	910.960	586.799	132.392	81.370
Parda	16.506.222	–	11.408.583	3.024.244	693.694	1.076.288
Amarela	77.719	–	9.197	38.043	25.835	4.363
Indígena	68.965	–	2.148	5.176	25.991	35.040
Sexo						
Homens	78.470.936	3.835.371	22.701.933	34.111.455	12.095.451	5.587.281
Branca	41.581.723	1.052.052	6.426.951	21.545.606	10.016.938	2.513.047
Preta	4.327.951	97.209	1.341.574	2.292.617	377.638	214.549
Parda	32.063.740	2.644.814	14.894.843	9.984.880	1.618.000	2.813.386
Amarela	359.991	7.448	17.828	260.021	54.855	19.894
Indígena	127.397	33.342	18.913	21.122	27.425	26.405
Mulheres	81.865.535	3.993.036	23.698.863	35.956.425	12.418.768	5.686.311
Branca	45.044.996	1.168.536	7.365.355	23.309.802	10.480.980	2.696.128
Preta	4.317.555	84.965	1.264.397	2.418.042	365.633	183.846

SISTEMA EDUCATIVO NACIONAL DE BRASIL

Parda	31.979.310	2.699.177	15.027.990	9.925.069	1.481.726	2.758.389
Amarela	382.381	6.300	20.805	268.592	64.887	21.681
Indígena	134.343	33.905	19.121	30.215	24.976	25.936

Fonte: IBGE, Pnad 1999

Nota: (1)- Excluída a população da área rural de Rodônia, Acre, Amazonas, Roraima; Pará e Amapá.

(2) - Inclusive as pessoas com idade ignorada e as pessoas sem declaração de cor ou raça.

Tabela 5

POPULAÇÃO RESIDENTE, POR GRANDES REGIÕES, SEGUNDO A NATURALIDADE EM RELAÇÃO AO MUNICÍPIO E À UNIDADE DA FEDERAÇÃO E OS GRUPOS DE IDADE – BRASIL – 1999

Brasil ⁽¹⁾		Norte (urbana)	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro- Oeste
Total^{(1) (2)}	160.329.686	7.828.407	46.398.481	70.045.825	24.512.841	11.273.592
Naturais do Município⁽²⁾	97.388.666	4.649.142	32.185.034	41.479.972	13.782.968	5.146.880
0 a 9 anos	26.604.921	1.577.463	8.790.220	10.429.107	3.938.103	1.812.493
10 a 17 anos	21.009.903	1.101.506	7.344.730	8.508.383	2.814.139	1.205.025
18 a 39 anos	31.929.822	1.374.470	10.202.742	14.276.396	4.408.479	1.641.604
40 a 59 anos	12.515.635	430.997	3.910.602	5.915.659	1.882.484	364.695
60 anos ou mais	5.318.896	164.706	1.936.740	2.350.427	739.763	123.063
Não-naturais do Município⁽²⁾	62.941.020	3.179.265	14.213.447	28.565.853	10.729.873	6.126.712
0 a 9 anos	3.635.095	218.191	1.014.030	1.316.150	661.596	408.144
10 a 17 anos	6.370.450	434.136	1.688.547	2.518.144	1.044.114	667.546
18 a 39 anos	25.297.538	1.438.075	5.600.319	11.118.610	4.368.035	2.729.664
40 a 59 anos	18.434.787	779.179	3.761.567	8.986.863	3.216.396	1.659.379
60 anos ou mais	9.193.345	309.684	2.148.984	4.626.086	1.439.732	661.648
Naturais da UF⁽²⁾	134.968.756	5.961.944	43.551.738	57.699.586	21.672.025	7.306.991
0 a 9 anos	28.996.991	1.702.644	9.468.730	11.300.429	4.431.337	2.028.069
10 a 17 anos	25.207.578	1.320.015	8.590.160	10.139.236	3.605.937	1.507.961
18 a 39 anos	47.067.000	1.941.200	14.589.873	20.071.870	7.781.065	2.636.533
40 a 59 anos	23.099.408	718.724	6.821.715	10.652.018	4.055.046	829.611
60 anos ou mais	10.597.779	279.361	4.081.260	5.536.033	1.798.640	437.628
Naturais da UF, mas não-naturais do Município⁽²⁾	37.594.324	1.312.802	10.865.529	15.526.490	7.673.153	2.160.111
0 a 9 anos	2.392.070	125.181	678.510	871.322	493.234	215.576
10 a 17 anos	4.197.675	218.509	1.245.430	1.630.853	791.798	302.936
18 a 39 anos	15.137.178	566.730	4.387.131	5.795.474	3.372.586	994.929
40 a 59 anos	10.583.773	287.727	2.911.113	4.736.359	2.172.562	464.916
60 anos ou mais	5.278.883	114.655	1.643.345	2.492.482	842.117	181.754
Não-naturais da UF⁽²⁾	25.346.696	1.866.463	3.347.918	13.039.363	3.057.837	3.966.601
0 a 9 anos	1.243.025	93.010	335.520	444.828	168.362	192.568
10 a 17 anos	2.172.775	215.627	443.117	887.291	252.316	364.610
18 a 39 anos	10.160.360	871.345	1.213.188	5.323.136	995.449	1.734.735
40 a 59 anos	7.851.014	491.452	850.454	4.250.504	1.043.834	1.194.463
60 anos ou mais	3.914.462	195.029	505.639	2.133.604	597.615	479.894

Fonte: IBGE, Pnad 1999

Notas: (1) Excluída a população da área rural de Rodônia, Acre, Amazonas, Roraima; Pará e Amapá.

(2) Inclusive as pessoas com idade ignorada.

Os migrantes apresentam estrutura etária mais envelhecida em decorrência de as levadas migratórias apresentarem maior concentração em pessoas adultas que se deslocam em busca de melhores oportunidades de trabalho. Em 1999, a proporção de pessoas de 60 anos ou mais de idade situou-se em 14,6% entre as não-naturais e ficou em 5,5% entre as naturais do município. Em consequência da sua estrutura etária mais envelhecida, os migrantes apresentam maior participação na força de trabalho do que os não-migrantes. A taxa de atividade das pessoas de 10 anos ou mais de idade foi de 58,9% para as naturais e de 63,4% para as não-naturais do município. Para as pessoas naturais da Unidade da Federação de residência esta taxa ficou em 60,4% e para as não-naturais alcançou 63,6%.

O crescimento contínuo da taxa de escolarização vem reduzindo o analfabetismo, elevando o nível de instrução da população em todo o país e diminuindo, gradativamente, as acentuadas disparidades regionais.

Na faixa etária de 10 a 14 anos de idade, a taxa de analfabetismo estava em 14,8% em 1989, baixou para 9,9% em 1995 e, quatro anos depois, caiu para 5,5%. No Nordeste, este indicador estava em 33,5% em 1989, tendo passado de 23,9% em 1995 para 12,7% em 1999. Apesar do inegável avanço, este último resultado ainda ficou muito distanciado dos referentes às Regiões Sul (1,3%), Sudeste (1,4%) e Centro-Oeste (2,8%).

De 1995 para 1999, o percentual de crianças de 7 a 14 anos de idade fora da escola decresceu de 9,8% para 4,3%. Este indicador, em 1989, situava-se em 16,2%. A comparação entre os resultados regionais revelou que, de 1995 para 1999, esta proporção recuou de 6,4% para 3,3% no Sudeste, que é detentor do maior grau de escolarização, e de 15,0% para 5,9% no Nordeste, que, apesar da expressiva melhoria, continuou no outro extremo.

A taxa de escolarização das meninas supera a dos meninos. Em quatro anos, no grupo de 7 a 14 anos de idade, o percentual de meninos fora da escola declinou de 10,7% para 4,7%, enquanto o de meninas diminuiu de 8,8% para 3,9%. Em decorrência de a taxa de escolarização feminina permanecer mais elevada, o nível de instrução das mulheres manteve-se em patamar nitidamente mais alto que o dos homens. Em 1999, a proporção de mulheres com pelo menos o ensino médio concluído situou-se 2,9 pontos percentuais acima da referente à população masculina. Entretanto, a disparidade entre o nível de instrução dos dois gêneros é muito mais acentuada na população ocupada, pois o interesse feminino em ingressar no mercado de trabalho tende a aumentar com a elevação do seu nível educacional. Em quatro anos, a proporção de pessoas com pelo menos o segundo grau concluído subiu de 17,3% para 21,2%, na população ocupada masculina, e de 24,9% para 30,4%, na feminina. As tabelas mostram as condições de analfabeto ou estudante por grupo de idade (tabela 6), as taxas de analfabetismo e escolarização por grupo de idade (tabela 7) e a distribuição das pessoas de 10 anos ou mais por anos de estudo (tabela 8) em 1999.

1.2.2 Condições da habitação e consumo de bens duráveis

Na última década, especialmente em função de significativas mudanças na economia, houve uma alta acentuada no consumo de bens duráveis. O crescimento acumulado no consumo desses bens elevou o

percentual de domicílios dotados de geladeira de 74,9% em 1995 para 82,8% em 1999, enquanto o de máquina de lavar ascendeu de 26,7% para 32,8%. O número de moradias com televisão vem subindo a taxas mais altas do que o daquelas dotadas de rádio, aproximando rapidamente estes dois indicadores; nos últimos quatro anos, o percentual de domicílios com televisão elevou-se de 81,1% para 87,7%, enquanto o dos que tinham rádio passou de 88,9% para 89,9%.

Tabela 6

PESSOAS DE 7 ANOS OU MAIS DE IDADE, POR GRANDES REGIÕES, SEGUNDO AS CONDIÇÕES DE ANALFABETO E DE ESTUDANTE, GRUPOS DE IDADE E SITUAÇÃO DO DOMICÍLIO, 1999

Brasil ⁽¹⁾		Norte (urbana)	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro- Oeste
7 anos ou mais⁽²⁾	139.336.912	6.569.965	39.602.047	61.948.238	21.306.075	9.708.693
Urbana	111.696.364	6.569.965	25.458.415	55.096.252	16.725.112	7.981.971
Rural	27.640.548	-	14.143.632	6.851.986	4.580.963	1.726.722
7 a 14 anos	26.236.508	1.479.989	8.708.020	10.400.046	3.766.186	1.819.228
Urbana	19.915.438	1.479.989	5.150.682	8.976.589	2.880.744	1.457.384
Rural	6.321.070	-	3.557.338	1.423.457	885.442	361.844
7 a 9 anos	9.241.122	537.212	3.005.501	3.626.019	1.391.816	655.738
Urbana	7.002.830	537.212	1.767.353	3.130.943	1.054.468	523.240
Rural	2.238.292	-	1.238.148	495.076	337.348	132.498
10 anos ou mais⁽²⁾	130.095.790	6.032.753	36.596.546	58.322.219	19.914.259	9.052.955
Urbana	104.693.534	6.032.753	23.691.062	51.965.309	15.670.644	7.458.731
Rural	25.402.256	-	12.905.484	6.356.910	4.243.615	1.594.224
10 a 14 anos	16.995.386	942.777	5.702.519	6.774.027	2.374.370	1.163.490
Urbana	12.912.608	942.777	3.383.329	5.845.646	1.826.276	934.144
Rural	4.082.778	-	2.319.190	928.381	548.094	229.346
Analfabeto						
7 anos ou mais⁽²⁾	18.052.736	785.896	10.230.599	4.477.905	1.505.442	974.103
Urbana	10.479.703	785.896	4.735.192	3.310.878	997.119	670.568
Rural	7.573.033	-	5.495.407	1.167.027	508.323	303.535
10 anos ou mais⁽²⁾	16.009.051	634.236	8.940.797	4.100.027	1.392.939	881.099
Urbana	9.340.809	634.236	4.172.457	3.023.628	919.931	607.579
Rural	6.668.242	-	4.768.340	1.076.399	473.008	273.520
10 a 14 anos	932.463	43.948	725.714	93.421	31.941	32.237
Urbana	441.908	43.948	295.144	68.032	18.854	16.810
Rural	490.555	-	430.570	25.389	13.087	15.427
Estudante						
7 a 14 anos	25.105.782	1.413.306	8.195.037	10.061.302	3.633.846	1.746.837
Urbana	19.212.155	1.413.306	4.883.598	8.731.356	2.798.821	1.413.638
Rural	5.893.627	-	3.311.439	1.329.946	835.025	333.199
7 a 9 anos	8.891.580	512.885	2.837.120	3.533.296	1.356.199	632.366
Urbana	6.788.824	512.885	1.688.577	3.057.431	1.031.209	508.595
Rural	2.102.756	-	1.148.543	475.865	324.990	123.771

10 a 14 anos	16.214.202	900.421	5.357.917	6.528.006	2.277.647	1.114.471
Urbana	12.423.331	900.421	3.195.021	5.673.925	1.767.612	905.043
Rural	3.790.871	-	2.162.896	854.081	510.035	209.428

Fonte: IBGE, Pnad 1999

Nota: (1) Exclusive a população da área rural de Rodônia, Acre, Amazonas, Roraima; Pará e Amapá.

(2) Inclusive as pessoas com idade ignorada

Tabela 7

TAXAS DE ANALFABETISMO E DE ESCOLARIZAÇÃO (%), POR GRANDES REGIÕES, SEGUNDO OS GRUPOS DE IDADE E A SITUAÇÃO DO DOMICÍLIO, 1999

Brasil ⁽¹⁾		Norte (urbana)	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro- Oeste
7 anos ou mais⁽²⁾	13,0	12,0	25,8	7,2	7,1	10,0
Urbana	9,4	12,0	18,6	6,0	6,0	8,4
Rural	27,4	-	38,9	17,0	11,1	17,6
10 anos ou mais⁽²⁾	12,3	10,5	24,4	7,0	7,0	9,7
Urbana	8,9	10,5	17,6	5,8	5,9	8,1
Rural	26,3	-	36,9	16,9	11,1	17,2
10 a 14 anos	5,5	4,7	12,7	1,4	1,3	2,8
Urbana	3,4	4,7	8,7	1,2	1,0	1,8
Rural	12,0	-	18,6	2,7	2,4	6,7
Taxa de escolarização						
7 a 14 anos	95,7	95,5	94,1	96,7	96,5	96,0
Urbana	96,5	95,5	94,8	97,3	97,2	97,0
Rural	93,2	-	93,1	93,4	94,3	92,1
7 a 9 anos	96,2	95,5	94,4	97,4	97,4	96,4
Urbana	96,9	95,5	95,5	97,7	97,8	97,2
Rural	93,9	-	92,8	96,1	96,3	93,4
10 a 14 anos	95,4	95,5	94,0	96,4	95,9	95,8
Urbana	96,2	95,5	94,4	97,1	96,8	96,9
Rural	92,9	-	93,3	92,0	93,1	91,3

Fonte: IBGE, Pnad 1999

Nota: (1) Exclusive a população da área rural de Rodônia, Acre, Amazonas, Roraima; Pará e Amapá.

(2) Inclusive as pessoas com idade ignorada

O número de domicílios com linha telefônica continuou crescendo a taxas bastante elevadas, em decorrência do aumento da oferta, que ainda é insuficiente para atender à demanda por este serviço. A expansão da telefonia celular contribuiu com parte importante para esta evolução. De 1998 para 1999, a alta foi de 20,2%, superando as dos anos anteriores. Em quatro anos, o percentual de domicílios com linha telefônica passou de 22,4% para 37,6%, tendo havido, nesse período, aumento de 85,2% no número de habitações dotadas deste serviço.

No que se refere aos serviços essenciais de saneamento básico, coleta de lixo e iluminação elétrica, a maior cobertura diz respeito à iluminação elétrica, que atendia a 91,8% das habitações em 1995 e chegou a 94,8% em 1999. Entretanto o diferencial entre as áreas urbanas e rurais ainda é marcante, embora o atendimento das habitações rurais por este serviço venha aumentando com rapidez. Em 1999, cerca de um quarto das moradias rurais ainda não dispunha de iluminação elétrica, enquanto que somente 0,8% das urbanas carecia deste serviço.

Tabela 8

PESSOAS DE 10 ANOS OU MAIS DE IDADE, POR GRANDES REGIÕES, SEGUNDO O SEXO E OS GRUPOS DE ANOS DE ESTUDO, 1999

	Brasil	Norte (urbana)	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro- Oeste
Total⁽¹⁾	129.708.779	6.032.753	36.499.907	58.200.959	19.794.362	9.052.955
Sem instrução e menos de 1 ano	17.423.098	783.782	8.919.887	5.035.939	1.601.783	1.026.244
1 a 3 anos	23.801.821	1.187.468	9.079.258	8.862.708	3.001.691	1.596.913
4 a 7 anos	44.553.940	1.937.815	10.266.570	21.059.285	7.966.900	3.273.222
8 a 10 anos	19.216.382	979.401	3.560.897	9.983.115	3.296.562	1.393.404
11 anos ou mais	24.713.538	1.120.146	4.673.295	13.259.912	3.927.426	1.738.111
Homens⁽²⁾	62.824.772	2.914.316	17.682.476	28.044.900	9.727.066	4.439.925
Sem instrução e menos de 1 ano	8.540.987	388.151	4.723.777	2.179.444	716.637	497.780
1 a 3 anos	12.246.244	632.701	4.735.873	4.453.156	1.497.927	884.534
4 a 7 anos	21.747.463	928.533	4.729.513	10.443.169	3.993.853	1.629.052
8 a 10 anos	9.246.147	445.490	1.606.414	4.912.373	1.630.251	648.643
11 anos ou mais	11.043.931	507.103	1.886.899	6.056.758	1.827.178	770.231
Mulheres⁽²⁾	66.884.007	3.118.437	18.817.431	30.156.059	10.128.516	4.613.030
Sem instrução e menos de 1 ano	8.882.111	395.631	4.196.110	2.856.495	885.146	528.464
1 a 3 anos	11.555.577	554.767	4.343.385	4.409.552	1.503.764	712.379
4 a 7 anos	22.806.477	1.009.282	5.537.057	10.616.116	3.973.047	1.644.170
8 a 10 anos	9.970.235	533.911	1.954.483	5.070.742	1.666.311	744.761
11 anos ou mais	13.669.607	613.043	2.786.396	7.203.154	2.100.248	967.880

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Departamento de Emprego e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio.

Notas: (1) Exclui a população da área rural de Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Pará e Amapá.

(2) Inclusive as pessoas com anos de estudo não-determinados e sem declaração.

A proporção de residências atendidas por serviço de coleta de lixo passou de 72,1% em 1995 para 79,9% em 1999. Em área urbana, este atendimento alcançou 93,7% das moradias e, na área rural, ficou em 19,6%. Quanto às condições de saneamento básico, em 1999 havia 20,2% das moradias que não eram atendidas por rede geral de abastecimento de água e

35,4% que não dispunham de esgotamento sanitário adequado (existente quando a instalação sanitária é ligada a rede coletora de esgoto ou a fossa séptica). Em 1995, estes percentuais estavam, respectivamente, em 23,7% e 40,0%.

1.2.3 Situação lingüística

A língua oficial do Brasil é o português, mas a Constituição de 1988 determina o respeito à diversidade cultural e lingüística dos povos indígenas. Assim, cerca de 0,22% da população brasileira (correspondentes a 350.240 índios, conforme estimativa de 1999 da Fundação Nacional do Índio) distribuem-se em 227 etnias que se comunicam em 175 línguas e dialetos.

1.2.4 Religião

De acordo com a última pesquisa oficial, realizada pelo IBGE em 1991, 83% dos brasileiros eram adeptos do catolicismo. Segundo estimativa do Departamento de Teologia da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, este percentual vem caindo. Calcula-se que cerca de 600 mil pessoas por ano abandonem a Igreja Católica, sendo incorporadas, principalmente, pelas igrejas de orientação pentecostal e neopentecostal. Em 1991, 9% da população eram protestantes, atingindo aproximadamente 13,1 milhões. O espiritismo reunia cerca de 1,6 milhão de adeptos. Os cristãos ortodoxos eram 35,4 mil adeptos no Brasil, principalmente nos Estados de São Paulo, Minas Gerais, Goiás e Paraná. Um total de 368,6 mil brasileiros professava religiões orientais, dos quais 236,4 mil eram budistas. Existiam ainda cerca de 86,4 mil judeus no país.

O candomblé e a umbanda, principais religiões afro-brasileiras, têm forte penetração nos Estados de São Paulo, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul e Bahia. De acordo com o censo de 1991, elas contavam com 648,5 mil adeptos.

1.2.5 Meios de comunicação social

A televisão e o rádio são os meios de comunicação mais utilizados no país: ambos estão presentes na maioria dos lares brasileiros, sendo os programas de TV assistidos por 98% da população, no mínimo uma vez por semana, e o rádio, por 88%, com a mesma periodicidade. Quanto à TV, o Brasil possui 269 emissoras geradoras (geram os próprios programas) e 2.591 retransmissoras (retransmitem a programação das geradoras) em atividade até maio de 2000, segundo a Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel), órgão oficial de regulamentação e fiscalização do setor. No que diz respeito aos canais abertos, a Rede Globo é a maior emissora do Brasil, cobrindo quase a totalidade dos municípios brasileiros (99,7%); em seguida vêm o SBT, atingindo 97,5% dos lares, a TV Bandeirantes, cobrindo 60,3% dos municípios, e a Record, presente em 42,5%. A televisão educativa no Brasil é pública e difere da comercial, tendo como objetivo fundamental a promoção da cultura e

da educação – dedica grande parte de sua programação à exibição de documentários científicos e culturais, aos debates e programas musicais. A TV Cultura do Estado de São Paulo e a TVE do Rio de Janeiro são exemplos de TVs públicas no país – elas encabeçam um conjunto de 25 geradoras que exibem cerca de 50 horas de programação educativa. A TV por assinatura conta com quase três milhões de assinantes (7% da população). O mercado é dominado por duas operadoras: a organização Globo e o grupo Abril. Quanto à TV interativa, o Brasil é o primeiro país da América Latina a possuir tal serviço, a partir de 2000.

O Brasil possuía, em 2000, 2.882 emissoras de rádio, sendo 1.579 de amplitude modulada (AM) e 1.303 em frequência modulada (FM), segundo a Anatel.

Ainda em 2000, a circulação média de jornais diários era de 7,2 milhões de exemplares, o que representou um crescimento de 69,4% nos últimos dez anos. O Brasil conta com 465 jornais diários, conforme a Associação Nacional de Jornais (ANJ); desses, apenas nove ultrapassam os 100 mil exemplares vendidos diariamente, estando entre os mais expressivos a *Folha de S. Paulo*, *O Estado de S. Paulo* e *O Globo*.

O número de usuários da Internet era de cerca de sete milhões, em maio de 2000. O Brasil era líder em número de usuários na América Latina, sendo também o primeiro em número de provedores (270, em junho de 2000).

Quanto às revistas, o país conta com 299 editoras que publicam mais de 1,6 mil títulos vendidos em bancas. Apesar de tantas opções, o brasileiro compra, em média, apenas duas revistas por ano.

1.2.6 Partidos políticos com representatividade no congresso

A legislação que regulamenta a criação e funcionamento de partidos políticos no Brasil exige que, para a criação de um partido, o pedido deve ser assinado por, no mínimo, 101 brasileiros que apóiem seu programa e estatuto. Em seguida, a legenda tem um ano para cumprir as exigências para obtenção de registro definitivo. Para tanto, deve realizar convenções e eleições dos diretórios municipais em pelo menos um quinto dos municípios de nove estados. Posteriormente, são eleitos os diretórios estaduais e o nacional. Cumpridas tais etapas, o partido pode solicitar seu registro definitivo.

Até setembro de 2000, havia 30 partidos políticos com estatutos registrados no Tribunal Superior Eleitoral, sendo 10 deles os principais partidos representados no Congresso:

- *Partido do Movimento Democrático Brasileiro* (PMDB): surgido em 1981, possui a maior bancada no Senado e é a terceira bancada da Câmara dos Deputados.
- *Partido da Social Democracia Brasileira* (PSDB): nasceu de uma dissidência do PMDB, em 1988, e possui a segunda bancada da Câmara e a terceira maior do Senado, além de ocupar os principais ministérios, como Saúde, Educação, Comunicações e Fazenda.
- *Partido dos Trabalhadores* (PT): fundado em 1979, é o maior partido de esquerda e de oposição no país.

- *Partido da Frente Liberal (PFL)*: possui a maior bancada da Câmara dos Deputados e a segunda do Senado.
- *Partido Democrático Trabalhista (PDT)*: criado em maio de 1980.
- *Partido Socialista Brasileiro (PSB)*: extinto pelo regime militar, foi recriado em 1985.
- *Partido Popular Socialista (PPS)*: fundado em 1990, substituiu o antigo Partido Comunista Brasileiro, ocupando uma posição de centro-esquerda.
- *Partido Progressista Brasileiro (PPB)*.
- *Partido Trabalhista Brasileiro (PTB)*: remanescente da era Vargas, ressurgiu em 1980, com a redemocratização do país e o pluralismo partidário.
- *Partido Comunista do Brasil (PC do B)*: recriado em 1988, configura-se como um partido de esquerda.

1.3 SITUAÇÃO ECONÔMICA

1.3.1 Dados econômicos

A década de 1990 apresentou um crescimento econômico da ordem de 24,8%, o que significa uma média anual de 2,5%. O ápice foi atingido em 1994, com a implantação do plano real. A partir de então, os índices de crescimento ficaram estacionados. A renda *per capita* em 1999 foi de 3.401 dólares, enquanto que o Produto Interno Bruto alcançou 558 bilhões de dólares (tabela 9).

Tabela 9

PRODUTO INTERNO BRUTO E RENDA *PER CAPITA*, 1991-1999

Ano	PIB		Renda <i>per capita</i>	
	Bilhões de US\$	Cresc. anual (%)	US\$	Cresc. anual (%)
1991	451	1,0	3.083	-0,6
1992	449	-0,5	3.019	-2,1
1993	471	4,9	3.121	3,4
1994	499	5,9	3.256	4,3
1995	520	4,2	3.346	2,8
1996	533	2,7	3.387	1,2
1997	553	3,6	3.462	2,2
1998	552	-0,1	3.412	-1,5
1999	558	1,0	3.401	-0,3

Fontes: IBGE e Banco Central do Brasil.

No primeiro semestre de 2000, o PIB cresceu 3,84% quando comparado com o mesmo período de 1999. A agropecuária e a indústria puxaram a expansão, com taxas de crescimento de 6,45% e 5%, respectivamente. O setor de serviços apresentou menor dinamismo, com um crescimento de 2,96%. Em termos nominais, o PIB do primeiro semestre de 2000 alcançou 503,9 bilhões de reais, o que equivale a uma elevação de 12,4% em relação ao primeiro semestre do ano anterior. O PIB *per capita* foi praticamente o mesmo no período 1990-1999, com um crescimento médio anual de 1%.

Relativamente à participação de cada setor na composição do PIB, em 1999 o peso da agropecuária aumentou, ao passo que o da indústria diminuiu. O setor de serviços ficou praticamente no mesmo nível, sendo este o segmento mais importante da economia, pois representou mais da metade da produção nacional (tabela 10). Cerca de um terço do PIB vem da indústria e o restante, da agropecuária. O perfil brasileiro de distribuição setorial segue a tendência dos países mais desenvolvidos do mundo.

Tabela 10

PRODUTO INTERNO BRUTO, POR SETOR, 1991-1999

Ano	PIB ^(*) dividido por setor (em %)		
	Agropecuária	Indústria	Serviços
1991	7,8	36,2	56,0
1992	7,7	38,7	53,6
1993	7,6	41,6	50,8
1994	9,9	40,0	50,1
1995	9,0	36,7	54,3
1996	8,3	34,7	57,0
1997	7,9	34,8	57,3
1998	8,4	34,0	57,6
1999	9,1	33,1	57,8

Fonte: Cálculos com base nas Contas Nacionais do IBGE.

Nota: (*) Participação dos setores no valor adicionado a preços básicos.

Após a implantação do plano real, ocorrida em julho de 1994, o país vem conseguindo manter índices de inflação extremamente favoráveis (tabela 11). Por mais de 30 anos, a inflação foi um dos principais problemas da economia brasileira, e, por várias vezes, os índices romperam a barreira dos 1.000%.

O plano real provocou, de imediato, queda brusca da inflação, propiciou a aceleração do crescimento econômico e a alta dos rendimentos. A indexação mantida neste plano, que só foi totalmente eliminada em junho de 1995, protegeu, de certa forma, as categorias com remunerações mais baixas.

Tabela 11

TAXA ANUAL DE INFLAÇÃO, 1990-2000

Inflação (taxas anuais) %		
Anos	IGP-DI (FGV)	IPC – FIPE
1990	1.476,56	1.639,11
1991	480,18	458,64
1992	1.157,94	1.129,56
1993	2.708,55	2.409,90
1994	909,70	941,19
1995	14,78	23,17
1996	9,34	10,04
1997	7,48	4,83
1998	1,70	-1,79
1999	19,98	8,64
jan./jul. 2000	5,49	2,28

Fontes: FGV e FIPE.

Os ganhos decorrentes desse período favorável de estabilidade alcançaram a base da pirâmide dos rendimentos em 1995, ocasionando retração no grau de concentração das remunerações. Em 1996, passada esta primeira fase do plano real, os ganhos reais nos rendimentos ajustaram-se a patamares menores em função da nova realidade de estabilidade da economia e, de uma maneira geral, cresceram de forma inversa ao valor dos rendimentos, reduzindo o grau de concentração das remunerações. A tabela 12 retrata a distribuição dos rendimentos mensais das famílias residentes em domicílios particulares. Verifica-se que, no total, em 1999, 15,8% viviam com mais de 10 salários mínimos, enquanto que 27,6% contavam com até dois salários mensais, 32,2% tinham de dois a cinco salários e 18,6% entre cinco e 10 salários.

1.3.2 População ativa por setor econômico

Em 1999, o Brasil contava com uma força de trabalho de 79,3 milhões de pessoas, segundo a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (PNAD). Do total da População Economicamente Ativa, 71,6 milhões de pessoas estavam ocupadas e 7,6 milhões, desocupadas (tabela 13).

Nos últimos anos, a presença das mulheres no mercado de trabalho foi acentuada. Em 1999, elas representavam 41,4% da PEA, enquanto que, em 1979, esse índice era de 31,7%. Sua presença cresceu especialmente nos serviços básicos e nas funções de direção e de nível superior. As mulheres ocupavam 67,9% das vagas abertas entre 1989 e 1997, contra 32,1% dos homens. Tal situação aprofundou diversas mudanças de comportamento na sociedade como a maternidade adiada, o menor número de filhos, o aumento do padrão de consumo familiar e o investimento em educação.

Tabela 12

Distribuição das famílias residentes em domicílios particulares, por grandes regiões, segundo a situação do domicílio e as classes de rendimento familiar mensal (%), 1999

Brasil		Norte (urbana)	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro-Oeste
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Até 1 salário mínimo ⁽¹⁾	11,1	10,7	21,8	6,2	7,8	9,2
Mais de 1 a 2	16,5	18,5	25,7	11,4	14,4	17,4
Mais de 2 a 3	14,5	16,5	16,0	13,3	14,5	16,2
Mais de 3 a 5	17,7	18,4	13,7	19,0	20,0	18,8
Mais de 5 a 10	18,6	17,0	9,2	23,5	21,7	17,9
Mais de 10 a 20	9,9	8,6	4,4	13,0	11,3	9,2
Mais de 20	5,9	4,3	2,7	7,8	6,4	6,5
Sem rendimento ⁽²⁾	3,5	5,4	4,2	3,1	2,6	3,4
Sem declaração	2,2	0,7	2,4	2,7	1,3	1,3
Urbana	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Até 1	8,8	10,7	18,0	5,3	6,6	8,5
Mais de 1 a 2	13,9	18,5	22,4	10,0	12,2	14,8
Mais de 2 a 3	13,9	16,5	16,1	12,7	13,3	15,7
Mais de 3 a 5	18,3	18,4	15,4	19,0	19,6	19,0
Mais de 5 a 10	21,0	17,0	11,9	24,8	23,7	19,8
Mais de 10 a 20	11,5	8,6	6,0	13,8	13,0	10,3
Mais de 20	7,0	4,3	3,7	8,6	7,7	7,3
Sem rendimento ⁽³⁾	3,5	5,4	4,5	3,1	2,7	3,4
Sem declaração	2,1	0,7	1,9	2,8	1,3	1,1
Rural	100,0	-	100,0	100,0	100,0	100,0
Até 1	21,5	-	29,4	14,8	12,7	12,5
Mais de 1 a 2	28,3	-	32,1	23,9	23,0	29,5
Mais de 2 a 3	17,3	-	15,7	18,4	19,5	18,7
Mais de 3 a 5	15,0	-	10,3	19,0	21,6	17,7
Mais de 5 a 10	8,0	-	3,6	12,1	13,8	9,2
Mais de 10 a 20	3,0	-	1,3	5,2	4,5	4,1
Mais de 20	1,1	-	0,6	1,2	1,4	3,0
Sem rendimento ⁽⁴⁾	3,4	-	3,5	3,6	2,5	3,1
Sem declaração	2,5	-	3,5	1,9	0,9	2,0

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Departamento de Emprego e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio, 1999.

Notas: (1) Em outubro de 1999, o dólar estava cotado em R\$1,96.

(2) Exclusive o rendimento das pessoas cuja condição na família era de pensionista, empregado doméstico ou parente de empregado doméstico.

(3) Exclusive as famílias da área rural de Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Pará e Amapá.

(4) Inclusive as famílias cujos componentes receberam somente em benefícios.

Tabela 13

POPULAÇÃO ECONOMICAMENTE ATIVA, 1999

Situação	Total	Homens	Mulheres
		79.315.287	46.480.921
Ocupada	71.676.219	42.813.014	28.863.205

Desocupada	7.639.068	3.667.907	3.971.161
Rural	17.968.300	11.020.909	6.947.391

Fonte: IBGE, PNAD, 1999.

Quanto à população ocupada, distribuída por ramo de atividade, estava assim em 1999: setor agrícola, 24,2%; indústria, 19,3%; comércio, 13,4%; setor de serviços, 41,2%. De acordo com os dados da tabela 14, encontrava-se no Nordeste a maior incidência de ocupação na agricultura (40,7%), e no Norte, a menor (12,3%). Nas Regiões Sudeste (23%) e Sul (22,4) predominava o trabalho industrial. Já o setor de comércio era mais expressivo no Norte (20,1%), enquanto que o de serviços apresentava menor incidência na região Nordeste (32,5%).

Tabela 14

POPULAÇÃO OCUPADA DE 10 ANOS OU MAIS DE IDADE, POR RAMO DE ATIVIDADE ECONÔMICA DA OCUPAÇÃO PRINCIPAL (%), PAÍS REGIÕES, 1999

Ramo de Atividade	Brasil⁽¹⁾	Norte⁽²⁾	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro-Oeste
Agricultura	24,2	12,3	40,7	13,4	26,4	22,8
Indústria ⁽³⁾	19,3	17,0	13,6	23,0	22,4	15,2
Comércio	13,4	20,1	12,4	14,0	12,0	14,1
Serviços ⁽⁴⁾	41,2	49,0	32,1	47,2	37,5	46,2

Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio 1999 [CD-ROM]. Microdados. Rio de Janeiro: IBGE, 2000.

Notas: (1) Exclui a população rural de Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Pará e Amapá.

(2) Exclui a população rural.

(3) Inclui indústria de transformação, indústria da construção e outras atividades industriais.

(4) Inclui: prestação de serviços, serviços sociais, administração pública e outras atividades.